



**INAPA - INVESTIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E GESTÃO, SA**

**Sociedade Aberta**

**Sede : Rua do Salitre, n.º 142, em Lisboa**

**Capital social : € 150 000 000**

**Matrícula : 36 338 da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa**

**Pessoa Colectiva : 500 137 994**

# **Relatório de Actividade**

## **- 1º Semestre de 2002 -**

*“A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 250º do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas semestrais individuais.  
Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na sede desta Sociedade”.*

## **INFORMAÇÃO DAS ACTIVIDADES DO 1º SEMESTRE DE 2002**

### **1. GRUPO INAPA – ÂMBITO DA INFORMAÇÃO**

A informação das contas simples e consolidadas reporta às actividades da INAPA – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. e ao conjunto das sociedades por esta participadas directa e indirectamente.

O perímetro das actividades do Grupo sendo essencialmente o mesmo nos 1ºs semestres de 2002 e 2001 a comparabilidade dos elementos de gestão não é afectada à excepção dos resultados não recorrentes.

A actividade da INAPA é a distribuição de papel que é exercida em 9 países europeus, representando as vendas em Portugal apenas 6.3% do volume total de negócio do Grupo.

### **2. SÍNTESE DAS ACTIVIDADES DO GRUPO**

A actividade do negócio de distribuição papelreira durante o 1º semestre de 2002 continuou a ser predominantemente afectada pelo prolongado ciclo de recessão económica vivido nas várias economias europeias onde o Grupo opera.

Segundo as estatísticas da Eugropa (Associação Europeia dos Distribuidores Papeleiros), o mercado retraiu-se aproximadamente 3% relativamente ao período homólogo, com particular ênfase na Alemanha – redução de 4% - onde decorre aproximadamente 46.8% da actividade do Grupo.

Durante o semestre prosseguiram as acções de reestruturação da cadeia de valor do sector papelreiro, nomeadamente:

- Reajustamento das capacidades produtivas excedentárias como forma de estabilização dos preços no produtor;
- Rigidez dos grandes produtores na fixação dos seus preços de venda, especialmente nos papéis revestidos;
- Desindexação dos preços do papel – em alta – dos preços da pasta – continuadamente em baixa desde finais de 2000;

Neste contexto, particularmente desfavorável para a distribuição papelreira, o Grupo registou um resultado líquido positivo consolidado, após interesses minoritários, de 1.9 milhões de euros, representando uma melhoria de 4.9 milhões de euros relativamente ao prejuízo ocorrido no período homólogo do ano anterior.

Para esta melhoria contribuiu a focalização do negócio nas vendas de armazém, mais vantajoso e de menor risco, cujo peso relativo passou de 48,8% em 2001 para 52,3% das vendas totais em 2002, em contrapartida de menores vendas de “fabricos” – negócio de menor margem efectuado por entrega directa dos fabricantes aos clientes finais.

<b>Vendas em volume</b> (1.000 tons)	<b><u>2002</u></b>	<b><u>%</u></b>	<b><u>2001</u></b>	<b><u>%</u></b>	<b><u>Var.</u></b>
<b>Armazém</b>	<b>250.4</b>	52.3	<b>246.5</b>	48.8	1.6 %
<b>Fabricos</b>	<b><u>228.0</u></b>	47.7	<b><u>258.2</u></b>	51.2	<b><u>-11.7</u></b> %
<b>Total</b>	<b><u>478.4</u></b>		<b><u>504.7</u></b>		<b><u>-5.2</u></b> %

Ao decréscimo de 5.2% em volume correspondeu um decréscimo de 7.8 % em valor (ver quadro abaixo) por força da lenta deterioração dos preços de venda resultante da concorrência acrescida num mercado fragilizado pela quebra na procura.

<b>Vendas em valor</b> (1.000 euros)	<b><u>2002</u></b>	<b><u>%</u></b>	<b><u>2001</u></b>	<b><u>%</u></b>	<b><u>Var.</u></b>
<b>Armazém</b>	<b>339.7</b>	61.2	<b>345.9</b>	57.5	-1.8 %
<b>Fabricos</b>	<b><u>214.6</u></b>	38.8	<b><u>255.4</u></b>	42.5	<b><u>-16.0</u></b> %
<b>Total</b>	<b><u>554.3</u></b>		<b><u>601.3</u></b>		<b><u>-7.8</u></b> %

Como resposta à recessão conjuntural do mercado, eventualmente agravada por mudanças estruturais nos padrões de procura, e às consequentes quebras registadas no volume e valor das vendas, o Grupo tem vindo a desenvolver esforços comerciais na vertente vendas de “armazém” em detrimento das vendas de “fabricos”, igualmente com o objectivo da evolução progressiva para um modelo de negócio maioritariamente de “armazém” e de produtos de valor acrescentado. Esta mudança ocorrida no peso relativo das vendas de armazém, já visível em 2002, associada ao crescimento da gama de produtos de maior valor acrescentado, contribuiu para o crescimento de 5.8% da margem bruta por tonelada relativamente ao período homólogo.

No plano interno e reforçando a rentabilidade orgânica, registaram-se já neste semestre os impactos favoráveis dos vários programas de reestruturação iniciados no ano transacto, nomeadamente a centralização regional dos escritórios comerciais e das actividades de “backoffice”, a reformulação de algumas infraestruturas logísticas e as reduções sistemáticas de custos de estrutura. Assim, os custos operacionais do Grupo durante o 1º semestre de 2002 registaram uma redução significativa de aproximadamente 3.1 milhões de euros relativamente ao mesmo período do ano anterior.

Para além dos aspectos da rentabilidade comercial e da eficiência de custos, sempre presentes nas prioridades de gestão do Grupo, foi dada continuidade a vários projectos de desenvolvimento e consolidação das actividades por forma a assegurar a melhoria contínua do negócio, nomeadamente:

- Optimização do modelo de negociação com fornecedores, redefinindo ou ajustando – numa lógica mais global de actuação - as opções estratégicas de parcerias a montante.
- Aprofundamento da estratégia de marcas próprias, reduzindo a dependência de marcas de terceiros e optimizando o potencial de negociação com fornecedores.

Após o lançamento da primeira marca transnacional do Grupo (Inapa Tecno) para papéis A4, no ano transacto, novo lançamento de duas outras marcas no segmento dos papéis revestidos (Galaxi e NopaCoat).

- Harmonização e standardização do “portfolio” de produtos e marcas, substituindo produtos e marcas locais por marcas transnacionais, com vantagens adicionais de negociação com fornecedores e redução substancial dos níveis de “stock”.
- Aumento do número de pequenos clientes, melhor dispersando o risco de crédito e valorizando o serviço – disponibilidade de produto e prazo de entrega – das pequenas encomendas de maior margem, simultaneamente reduzindo o risco de concorrência com vendas directas de fábrica.
- Centralização nos vários países das funções de “backoffice”, com melhoria de serviço a clientes e redução de custos de estrutura.
- Reformulação das infraestruturas logísticas em Espanha, com a entrada em funcionamento de um novo armazém central em Madrid e a eliminação de armazéns regionais excedentários.
- Concentração de sociedades em Portugal, Espanha e França, com redução significativa dos custos de gestão administrativa e simplificação acrescida dos processos de negócio.
- Harmonização das infraestruturas informáticas como suporte a uma maior integração futura das actividades comuns. Possível “outsourcing” numa base europeia.
- Lançamento de iniciativas “e-commerce”, multiplicando os contactos comerciais e as oportunidades de negócio, com redução dos custos processuais.
- Harmonização das práticas comerciais, criando alinhamentos entre as várias empresas do Grupo – actividades conjuntas de publicidade e “marketing”, concursos internacionais, gestão por segmentos de produtos, “database marketing”, “call-centers” regionais, gestão integrada de marcas, formação conjunta de equipas comerciais.
- Gestão numa lógica de “serviços partilhados” de algumas funcionalidades comuns de “backoffice”, nomeadamente a gestão centralizada da tesouraria e várias actividades administrativas elegíveis.

- Mais especificamente no domínio da gestão da dívida:
  - ▶ Operação de securitização (EUR 150 milhões) para implementação até ao final do ano em curso.
  - ▶ Reformulação da estratégia de gestão dos activos imobiliários logísticos do Grupo.

No actual contexto de incertezas – políticas e de mercado – estas serão certamente as medidas que, a médio prazo, melhor salvaguardarão a continuidade sustentada do negócio e os interesses dos accionistas.

### 3. **ACTIVIDADE DA INAPA – INVESTIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E GESTÃO, S.A.**

À INAPA – Investimentos, Participações e Gestão, S.A., como empresa mãe do Grupo, coube a articulação estratégica da actividade das nossas empresas subsidiárias.

A economia de exploração (contas simples) apresenta, neste semestre, o Resultado Líquido após impostos de 2.324,7 mil euros, uma diminuição de 2.095,7 mil euros relativamente ao período homólogo, devido principalmente à amortização acelerada de custos com trabalhos de consultoria anteriormente diferidos, 416,9 mil euros, ao provisionamento de responsabilidades por pensões pela primeira vez reflectidas nas contas, 314,1 mil euros, diferenças na contabilização de bónus corporativos, 553,0 mil euros, mais-valias obtidas na alienação de títulos em 2001, sem correspondência neste período, 399.7 mil euros, custos com rescisões de contratos de trabalho, 117.0 mil euros, e aumento de custos noutras rubricas, 295,0 mil euros.

O Cash-Flow e os Meios Libertos, no semestre em análise, atingiram respectivamente 2.865,6 mil euros e 3.278,1 mil euros, reflectindo a deterioração da economia de exploração relativamente ao ano anterior, como acima referido.

A estrutura patrimonial reflecte variações resultantes de realocações de participações intra-Grupo, e as respectivas contrapartidas de financiamento.

### 4. **CONTAS CONSOLIDADAS**

As vendas líquidas consolidadas do Grupo atingiram os 553.971,7 mil euros, aproximadamente menos 8% do que o valor registado no período homólogo devido principalmente às razões de mercado anteriormente explanadas. Por efeito das alterações estratégicas na composição do “mix” das vendas, a queda na margem bruta foi apenas de 1%, situando-se em 87.937,5 mil euros.

Os Resultados Operacionais (EBIT) foram de 14.519,8 mil euros, representando uma melhoria de 5% relativamente ao ano anterior, a reflectir o impacto favorável dos vários programas de reorganização e eficiência iniciados no decurso do ano transacto.

A estabilidade da EURIBOR ao longo do primeiro semestre de 2002, em contraste com os níveis atingidos no semestre homólogo de 2001, contribuiu para o decréscimo dos encargos financeiros em 4.243,5 mil de euros.

Os Resultados Correntes, essencialmente por força das melhorias referidas - que mais do que compensaram as dificuldades do mercado em recessão - situaram-se em 1.518,6 mil euros, representando uma melhoria de 4.478,1 mil euros relativamente ao resultado negativo do ano anterior, invertendo assim um ciclo de prejuízos recentes para o Grupo.

Neste semestre, os Meios Libertos Brutos (segundo a óptica da contabilidade oficial portuguesa) situaram-se nos 18.1 milhões de euros, ficando 5.8% acima dos 17.1 milhões de euros registados no 1º semestre do ano anterior. A cobertura dos encargos financeiros líquidos evoluiu de 1.9 em 2001 para 3.7 em 2002.

#### RESUMO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS (CONTABILISTICOS)

30 DE JUNHO DE 2002

	CONSOLIDADO				Em '000 Euros
	JUNHO 02		JUNHO 01		Variação
	Valor	% Vendas líquidas	Valor	% Vendas líquidas	R <sub>02</sub> /R <sub>01</sub> (%)
VENDAS LÍQUIDAS	553 971,72	100%	602 808,6	100%	(8%)
CUSTO DAS VENDAS	( 466 034,3)	(84,1%)	( 513 640,3)	(85,2%)	(9%)
<b>MARGEM BRUTA</b>	<b>87 937,5</b>	<b>15,9%</b>	<b>89 168</b>	<b>14,8%</b>	<b>(1%)</b>
CUSTOS OPERACIONAIS	( 80 616,3)	(14,6%)	( 81 498,75)	(13,5%)	(1%)
OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS*	10 807,8	2,0%	9 404,40	1,6%	15%
DESCONTOS DE PRONTO PAGAMENTO ( LÍQUIDOS )	6 934,9	1,3%	7 014,64	1,2%	(1%)
<b>EBITDA</b>	<b>25 063,8</b>	<b>4,5%</b>	<b>24 089</b>	<b>4,0%</b>	<b>4%</b>
AMORTIZAÇÃO DO EXERCÍCIO	( 5 954,5)	(1,1%)	(6 607,1)	(1,1%)	(10%)
PROVISÕES DO EXERCÍCIO	( 2 565,7)	(0,5%)	(1 645,0)	(0,3%)	56%
<b>EBITA</b>	<b>16 543,6</b>	<b>3,0%</b>	<b>15 836,4</b>	<b>2,6%</b>	<b>4%</b>
AMORTIZAÇÃO DO GOODWILL	( 2 023,8)	(0,4%)	(2 024,2)	(0,3%)	(0%)
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS - EBIT</b>	<b>14 519,8</b>	<b>2,6%</b>	<b>13 812</b>	<b>2,3%</b>	<b>5%</b>
FUNÇÃO FINANCEIRA	( 11 841,4)	(2,1%)	(16 084,9)	(2,7%)	(26%)
RESULTADO DA ACTIVIDADE CORRENTE ANTES DE IMPOSTOS	2 678,4	0,5%	(2 272,7)	(0,4%)	(218%)
PROVISÃO PARA IMPOSTOS	( 1 030,7)	(0,2%)	( 502,6)	(0,1%)	105%
INTERESSES MINORITÁRIOS NO RESULTADO	( 129,0)	(0,0%)	( 184,2)	(0,0%)	(30%)
<b>RESULTADO DA ACTIVIDADE CORRENTE</b>	<b>1 518,6</b>	<b>0,3%</b>	<b>(2 959,5)</b>	<b>(0,5%)</b>	<b>(151%)</b>
RESULTADO EXTRAORDINÁRIO					
Mais / (Menos) valias	361,7	0,1%	( 22,1)	(0,0%)	(1739%)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.880,3</b>	<b>0,3%</b>	<b>(2.981,5)</b>	<b>(0,5%)</b>	
EBITDA % sobre as vendas líquidas	4,5%	-	4,0%	-	-
EBITA % sobre as vendas líquidas	3,0%	-	2,6%	-	-
EBIT % sobre as vendas líquidas	2,6%	-	2,3%	-	-

## 5. **PERSPECTIVAS PARA O 2º SEMESTRE**

Não se esperam, durante a segunda metade de 2002, recuperações significativas nas economias europeias. Por isso, a prioridade do Grupo continuará focalizada nos projectos de simplificação do modelo de negócio, com o objectivo de reduzir de forma sistemática os custos de estrutura. Estrategicamente o Grupo aprofundará os acordos de parceria que tem vindo a concretizar com os principais fornecedores, reforçando continuamente a vertente “armazém” do negócio e as vendas de produtos de valor acrescentado. Estas medidas têm como objectivo, principalmente, a consolidação das melhorias operacionais já registadas no semestre agora findo.

## 6. **PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS**

O Grupo manteve de forma coerente os princípios contabilísticos anteriormente adoptados no que respeita a “marcas e patentes” e “amortização de goodwill”. Estes princípios motivaram uma reserva de âmbito por parte dos nossos auditores no encerramento das contas consolidadas em 31 de Dezembro de 2001.

No que respeita a “marcas e patentes” tem o Grupo procedido periodicamente à avaliação independente do valor das mesmas, confirmando dessa forma a razoabilidade do valor inscrito na respectiva rubrica de balanço. Dada a natureza comercial do negócio, a importância estratégica das marcas e a prática contabilística de não amortização das mesmas noutros países da União Europeia onde se sediam alguns dos nossos principais concorrentes, tem sido entendimento do Grupo ser esta a forma mais adequada de contabilização. Toda a informação relativa aos estudos independentes de avaliação das marcas inscritas nas contas será inteiramente disponibilizada aos nossos auditores no âmbito do próximo encerramento de contas, em 31 de Dezembro de 2002.

Relativamente ao período de amortização do goodwill resultante das aquisições estratégicas das nossas afiliadas na Alemanha (Papier Union) e na França (Mafipa) tem sido entendimento do Grupo – na ausência, até hoje, de critérios mais objectivos – que o mesmo deva reflectir a razoabilidade da vida útil dos negócios adquiridos desde que estes confirmem recorrentemente a criação de valor que esteve subjacente à decisão estratégica de investimento. Estudos recentes de avaliação daqueles investimentos têm comprovado a valia dos mesmos pelo que, também à luz da teoria contemporânea de “impairment”, o Grupo entendeu não ser necessário proceder de novo à alteração do critério contabilístico que decidiu adoptar a partir do ano 2000 (40 anos de vida útil) relativamente ao critério utilizado anteriormente àquelas aquisições estratégicas (25 anos de vida útil). Caso se tivesse mantido este último, o prejuízo registado no encerramento do 1º semestre de 2001 teria sido agravado de 1.2 milhões de euros, e o resultado positivo do 1º semestre de 2002 teria sido reduzido do mesmo montante, mantendo-se a evolução positiva dos resultados correntes de 4.5 milhões de euros. Alternativamente, se fosse adoptado o princípio do “impairment”, e com base nos últimos estudos de avaliação das actividades do Grupo, efectuadas por entidades financeiras independentes, que justificam

amplamente a não amortização do goodwill inscrito nos livros, o resultado líquido positivo do exercício teria sido acrescido de 2.0 milhões de euros. Os respectivos cálculos, bem como toda a informação relativa à valorização actual das aquisições estratégicas, serão disponibilizadas aos nossos auditores no âmbito do trabalhos de auditoria do próximo encerramento de contas, em 31 de Dezembro de 2002.

Lisboa, 12 de Setembro de 2001

O Conselho de Administração  
INAPA – INVESTIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E GESTÃO, S.A.

Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha – Presidente  
José Eugénio Soares Vinagre  
Carlos Eugénio Magalhães Corrêa da Silva  
Casimiro Bento da Silva Santos  
Henrique Abílio Paulo Fernandes  
João Gonçalves da Silveira  
Salvador Maria Guimarães José de Melo  
João da Costa Manuel  
Papercel – Celulose e Papel de Portugal, SGPS, S.A.,  
*Representada por* Jorge Armindo de Carvalho Teixeira



ACTIVO	2 002			2 001
	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
<b>Imobilizado:</b>				
<b><u>Imobilizações Incorpóreas:</u></b>				
Despesas de instalação	10.487,55	8.904,65	1.582,90	2.843,35
Despesas de investigação e desenvolvimento	418,43	273,82	144,61	205,60
Propriedade industrial e outros direitos	160.394,28	4.693,50	155.700,78	157.033,80
Trespases	12.620,09	1.699,77	10.920,32	11.257,45
Imobilizações em curso	18,93		18,93	417,12
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	3,66		3,66	0,00
Diferenças de consolidação	215.900,20	70.352,56	145.547,64	149.922,44
	<b>399.843,14</b>	<b>85.924,30</b>	<b>313.918,84</b>	<b>321.679,76</b>
<b><u>Imobilizações Corpóreas:</u></b>				
Terrenos e recursos naturais	24.077,03		24.077,03	24.047,50
Edifícios e outras construções	102.608,47	23.153,54	79.454,93	81.130,77
Equipamento básico	8.274,05	5.868,59	2.405,46	2.742,98
Equipamento de transporte	14.217,54	11.256,22	2.961,32	4.647,73
Ferramentas e utensílios	19.854,80	12.777,18	7.077,62	7.840,13
Equipamento administrativo	20.015,07	16.389,86	3.625,21	5.105,78
Taras e vasilhame	83,49	1,53	81,96	3,05
Outras imobilizações corpóreas	579,14	244,89	334,25	159,74
Imobilizações em curso	1.969,55		1.969,55	2.246,67
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	10,55		10,55	57,59
	<b>191.689,69</b>	<b>69.691,81</b>	<b>121.997,88</b>	<b>127.981,94</b>
<b><u>Investimentos Financeiros:</u></b>				
Partes de capital em empresas do grupo	643,85	636,23	7,62	636,23
Partes de capital em empresas associadas	1.023,56	78,57	944,99	977,92
Ítulos e outras aplicações financeiras	50.541,19		50.541,19	50.046,36
Imobilizações em curso	201,78		201,78	201,78
	<b>52.410,38</b>	<b>714,80</b>	<b>51.695,58</b>	<b>51.862,29</b>
<b><u>Circulante:</u></b>				
<b><u>Existências:</u></b>				
Produtos e trabalhos em curso	58,27		58,27	53,96
Produtos acabados e intermedios	864,71		864,71	997,14
Mercadorias	91.133,26	793,57	90.339,69	94.259,63
	<b>92.056,24</b>	<b>793,57</b>	<b>91.262,67</b>	<b>95.310,73</b>
<b><u>Dívidas de terceiros-Medio e longo prazo:</u></b>				
Outros devedores	7.284,43	804,00	6.480,43	17.317,18
	<b>7.284,43</b>	<b>804,00</b>	<b>6.480,43</b>	<b>17.317,18</b>
<b><u>Dívidas de terceiros-Curto prazo:</u></b>				
Clientes, c/c	131.389,94		131.389,94	119.767,69
Clientes - Títulos a receber	16.284,59		16.284,59	8.255,13
Clientes de cobrança duvidosa	17.664,18	15.686,66	1.977,52	0,00
Empresas associadas	0,26		0,26	0,26
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	1.568,98		1.568,98	614,56
Adiantamentos a fornecedores	0,00		0,00	542,44
Estado e outros entes públicos	9.861,11		9.861,11	11.523,48
Outros devedores	53.163,99		53.163,99	29.530,31
	<b>229.933,05</b>	<b>15.686,66</b>	<b>214.246,39</b>	<b>170.233,87</b>
<b><u>Ítulos negociáveis:</u></b>				
Outros títulos negociáveis	14.441,13		14.441,13	11.986,11
	<b>14.441,13</b>		<b>14.441,13</b>	<b>11.986,11</b>
<b><u>Depósitos bancários e caixa:</u></b>				
Depósitos bancários	10.997,21		10.997,21	10.313,07
Caixa	239,26		239,26	1.410,79
	<b>11.236,47</b>		<b>11.236,47</b>	<b>11.723,86</b>
<b><u>Acréscimos e diferimentos:</u></b>				
Acréscimos de proveitos	10.808,94		10.808,94	10.210,27
Custos diferidos	6.390,99		6.390,99	5.208,17
	<b>17.199,93</b>		<b>17.199,93</b>	<b>15.418,45</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>1.016.094,46</b>	<b>173.615,14</b>	<b>842.479,32</b>	<b>823.514,19</b>

O DIRECTOR FINANCEIRO  
(TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS)  
Alberto Coutinho Barata Salgueiro

em milhares de Euros

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2 002	2 001
<b><u>Capital próprio:</u></b>		
Capital	150.000,00	149.639,37
Acções próprias-Valor nominal	(13.449,67)	(14.959,77)
Acções próprias-Descontos e prémios	(4.223,90)	(5.108,64)
Prémios de emissão de acções	14.963,94	14.963,94
Diferenças de consolidação	3.596,87	3.604,29
Reservas de reavaliação	24.939,89	24.939,89
Ajustamentos de conversão	2.553,32	3.315,94
<b>Reservas:</b>		
Reservas legais	9.110,86	8.810,14
Outras reservas	(14.217,09)	(13.913,17)
Resultados transitados	(21.060,88)	(12.001,45)
	<b>152.213,34</b>	<b>159.290,54</b>
Resultado líquido do exercício	<b>1.880,31</b>	<b>(2.981,52)</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>154.093,65</b>	<b>156.309,02</b>
Interesses minoritários	<b>1.773,60</b>	<b>2.229,73</b>
<b>Passivo:</b>		
<b><u>Provisões para riscos e encargos:</u></b>		
Outras provisões para riscos e encargos	5.508,19	21.205,39
	<b>5.508,19</b>	<b>21.205,39</b>
<b><u>Dívidas a terceiros - Medio e longo prazo:</u></b>		
Dívidas a instituições de crédito	298.891,80	326.013,89
Outros empréstimos obtidos	121.012,39	81.024,73
Fornecedores de imobilizado, c/c	4.422,92	5.490,98
	<b>424.327,11</b>	<b>412.529,60</b>
<b><u>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</u></b>		
Dívidas a instituições de crédito	134.468,33	110.996,43
Fornecedores, c/c	71.319,73	62.837,55
Fornecedores - Títulos a pagar	1.361,84	1.956,28
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	7.042,06	5.236,90
Outros accionistas (sócios)	933,08	1.142,50
Outros empréstimos obtidos	24,79	0,00
Fornecedores de imobilizado, c/c	1.193,19	1.226,05
Estado e outros entes públicos	19.976,49	26.398,25
Outros credores	2.328,91	3.149,81
	<b>238.648,42</b>	<b>212.943,77</b>
<b><u>Acréscimos e diferimentos:</u></b>		
Acréscimos de custos	16.047,44	17.779,14
Proveitos diferidos	2.080,91	517,54
	<b>18.128,35</b>	<b>18.296,68</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>686.612,07</b>	<b>664.975,44</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO DOS INT. MIN. E DO PASSIVO</b>	<b>842.479,32</b>	<b>823.514,19</b>

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2002

(Método da consolidação integral)

em milhares de euros

CUSTOS E PERDAS	Exercícios	
	2002	2001
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
Mercadorias	466.034,27	513.640,33
Matérias		
Fornecimentos e serviços externos	34.895,00	35.866,14
Custos com o pessoal:		
Remunerações	30.596,10	31.444,27
Encargos sociais:		
Pensões	1.030,93	1.032,97
Outros	8.812,73	9.456,32
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	7.978,37	8.631,37
Provisões	2.565,67	1.644,97
Impostos	2.529,49	2.355,76
Outros custos e perdas operacionais	514,35	496,45
(A)	554.956,91	604.568,58
Juros e custos similares:		
Outros	19.456,72	24.717,66
(C)	574.413,63	629.286,24
Custos e perdas extraordinários	2.308,86	943,27
(E)	576.722,49	630.229,51
Imposto sobre o rendimento do exercício	1.030,73	502,56
(G)	577.753,22	630.732,07
Interesses minoritários	129,03	184,15
Resultado consolidado líquido do exercício	1.880,31	(2.981,52)
	<b>579.762,56</b>	<b>627.934,70</b>
PROVEITOS E GANHOS		
Vendas:		
Mercadorias	553.367,72	602.064,74
Produtos	604,00	743,83
Prestações de serviços	1.054,58	1.083,26
Variação da produção	577,18	466,43
Proveitos suplementares	4.638,67	5.203,34
Outros proveitos e ganhos operacionais	2.243,96	1.614,50
(B)	562.486,11	611.176,10
Proveitos e ganhos financeiros:		
Outros	14.550,20	15.647,37
(D)	577.036,31	626.823,47
Proveitos e ganhos extraordinários	2.726,25	1.111,23
(F)	<b>579.762,56</b>	<b>627.934,70</b>

RESUMO		
Resultados operacionais: (B) - (A) =	7.529,20	6.607,52
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =	(4.906,52)	(9.070,29)
Resultados correntes: (D) - (C) =	2.622,68	(2.462,77)
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =	3.040,07	(2.294,81)
Resultado consolidado com os interesses minoritários do exercício: (F) - (G) =	2.009,34	(2.797,37)

O DIRECTOR FINANCEIRO  
(TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS)  
Alberto Coutinho Barata Salgueiro

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Vasco Luis Schulthess de Quevedo Pessanha

## **INAPA - INVESTIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E GESTÃO, SA**

### **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2002**

(Valores expressos em milhares de euros, excepto quando especificamente referido)

#### **INTRODUÇÃO**

- (i) A Sociedade é a "holding" do Grupo Inapa e tem por objecto social a propriedade e a gestão de bens móveis e imóveis, a tomada de participações no capital de outras sociedades, a exploração de estabelecimentos comerciais e industriais próprios ou alheios e a prestação de assistência às empresas em cujo capital participe.

As empresas portuguesas do Grupo dedicam-se à actividade de distribuição de papel (SDP - Sociedade de Distribuição de Papel, SA e Empresas subsidiárias), de publicações (Medialivros, SA) e de corretagem de seguros (Inaveste - Mediação de Seguros, SA); possuindo ainda o Grupo três "sub-holdings" (Gestinapa - SGPS, SA, Inapar – Participações Financeiras, SGPS, SA e Inaveste - Sociedade de Gestão de Participações Sociais, SA), que concentram as participações afectas à Distribuição e Diversificação.

Na sequência do seu projecto de desenvolvimento e internacionalização, o Grupo Inapa detém participações, na área da Distribuição, em vários países da Europa, nomeadamente (i) Grupo Mafipa e empresas subsidiárias, operando em França, Suíça e Benelux, (ii) na Inapa Distribución Ibérica, SA (IDISA), operando em Espanha e que detém participações na Papeles Gayá, SA, Nortepapel, SA, Surpapel, SL e Dicalpapel, SL (empresas que desenvolvem a sua actividade de comercialização de papel), (iii) na Inapa Deutschland, GmbH sediada na Alemanha e que detém participações na Papier Union, GmbH, igualmente sediada nesse país e na Luchetti & Decart que opera em Itália, (iv) bem como em duas empresas localizadas no Reino Unido – Inapa Merchants Holding, Ltd, que detém a participação financeira na Tavistock Paper Sales, Ltd. empresa que se dedica à distribuição de papel para fabrico de envelopes.

No decurso do 1º semestre de 2002 foram alienadas a terceiros a totalidade da participação detida na Sociedade de Decorações, e 52,8% do capital social da Medialivros-Actividades Editoriais, SA.

- (ii) As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POC para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, sendo de referir que os números não indicados neste Anexo não têm aplicação no Grupo ou a sua divulgação não é relevante.

### NOTA 1 - EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As subsidiárias e associadas incluídas na consolidação, a sua sede, a proporção do capital detido e as condições para a sua consolidação são conforme segue -

<u>Designação</u>		<u>Sede Social</u>	<u>% de participação</u>
Inapar – Participações Financeiras, SGPS, SA	(a)	Rua do Salitre, 142 1269-064 Lisboa	41,60
Gestinapa - SGPS,SA	(a)	Rua do Salitre, 142 1269-064 Lisboa	100,00
Inaveste - Sociedade de Gestão de Participações Sociais, SA	(a)	Rua do Salitre, 142 1269-064 Lisboa	100,00

As empresas acima descritas foram incluídas na consolidação mediante a aplicação do método da consolidação integral.

- (a) Em conformidade com o Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho, as subsidiárias acima identificadas que, por sua vez, são empresas-mãe de outras empresas, procederam às correspondentes consolidações, também através da aplicação do método da consolidação integral, cujo universo foi o seguinte -

<u>Empresa-mãe</u>	<u>Participada</u>	<u>% de participação</u>
<b>Inapar-Participações Financeiras, SGPS, SA</b>	SDP – Sociedade de Distribuição de Papel, SA Vale Flores São Pedro de Penaferrim 2710 SINTRA	99,66
	Inapa Distribución Ibérica, SA c/ Príncipe, 1 – 3ª Planta 28012 Madrid	100,00
<b>SDP – Sociedade de Distribuição de Papel, SA</b>	CPA – Central Papeleira de Alenquer, SA Avenida Magalhães Lima, 8 - 2º Esqº 1000 Lisboa	100,00
	Papéis Carreira Madeira, Lda Rua Infante Santo Núcleo Residencial dos Ilhéus, Loja 11 S. Pedro 9000 Funchal	51,00
	Papéis Carreira Açores, Lda Rua dos Valados Armazéns 24, 25 e 26 Relva 9500 Ponta Delgada	60,00
<b>Inapa Distribución Ibérica, SA</b>	Papeles Gayá, SA Industria, 41 Polígono Industrial El Pla 08750 Molins de Rei Barcelona – Espanha	99,99
	Nortepapel, SA Bairro San Martin de Artiaga Polígono Industrial Torrelarragoiti, S/Nª 48170 Zamudio (Vizkaia – Espanha)	100,00

<b><u>Empresa-mãe</u></b>	<b><u>Participada</u></b>	<b><u>% de participação</u></b>
	Dicalpapel, SL C/ Cobalto, nº 121 Valladolid – Espanha	99,95
<b>Gestinapa- SGPS,SA</b>	Mafipa-Société de Management et des Participations, SA 6, Rue de Berri 75008 Paris França	100,00
	Inapa Deutschland, GmbH Warburgstraße, 28 20354 Hamburg Alemanha	100,00
	Inapa – Merchants, Holding, Ltd Torrington House, 811 High Road Finchley N12 8JW Reino Unido	100,00
<b>Inapa Deutschland, GmbH</b>	Papier Union, GmbH Warburgstraße, 28 20354 Hamburgo Alemanha	94,90
	Luchetti Decart,SA Strada Statale Padana Superiore 315/317 I – 20090 Vimodrone Milão Itália	100,00
<b>Inapa – Merchants Holding</b>	Tavistock Paper Sales, Ltd The Granary High Street, Turvey, Beds. MK 43 8 DB Reino Unido	100,00
<b>Mafipa, SA</b>	Grifo Pa du Vert Galant – St Quen l'Aumone BP 721 95004 Cergy Pontoise Cedex França	99,92
	Oridis 39, Quai de la Seine 75019 Paris França	99,98

<b><u>Empresa-mãe</u></b>	<b><u>Participada</u></b>	<b><u>% de participação</u></b>
	Papeteries Navarre 11, Rue de Nacelle – Villabe 91814 Corbeil Essonnes – Cedex França	99,85
	Buropapier,SA Vaucampsan, 30 1654 Huizingen Belgique	99,7
	Biber Rochat Althardstrasse 301 8105 Regensdorf – Suisse	99,85
<b>Papeteries Navarre</b>	Papyrus 211, Rue des Romains. L. 8005 Bertrange Luxemburgo	97,19
<b>Inaveste – Sociedade de Gestão de Participações Sociais, SA</b>	Inaveste - Mediação de Seguros, SA Rua do Salitre, 142 1269-064 Lisboa	100,00
	Medialivros- Actividades Editoriais,SA ( ex - Edições Inapa, SA) Campo de Santa Clara,160 C/D 1100 LISBOA	45,98

Outras participações detidas indirectamente que também foram incluídas no processo de consolidação –

<b><u>Participante</u></b>	<b><u>Participada</u></b>	<b><u>% de participação</u></b>
<b>Sub - grupo Mafipa</b>	Inapar – Participações Financeiras, SGPS, SA Rua do Salitre, 142 1269-064 Lisboa	58,39 (i)

- (i) A percentagem de participação nesta empresa foi considerada aquando da integração no processo de consolidação da Inapa-IPG.

## **NOTA 2 - EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO**

As participações detidas directa ou indirectamente que a seguir se indicam não foram incluídas no processo de consolidação pelos métodos da consolidação integral ou da equivalência patrimonial por não se encontrarem ainda reunidas as condições técnicas necessárias, não se mostrarem materialmente relevantes no contexto das contas consolidadas, serem participações recentes, ou por não terem sido obtidas atempadamente as informações necessárias para o efeito.

<b><u>Empresa participada</u></b>	<b><u>Empresa participante</u></b>	<b><u>% de participação</u></b>
Papfer- Sociedad, Lda Calle Santaló,10, 082021 Barcelona - Espanha	Gestinapa – SGPS, SA	99,99
Surpapel, SL Polígono Industrial Store, calle D nave 4J Sevilla – Espanha	Inapa Distribucion Ibérica, SA	25,00
Tuplub- Turismo e Publicações, SA Av. Engº Duarte Pacheco, Torre 1, 4º andar, Sala 6 – 1070 Lisboa	Inaveste-SGPS,SA	49,83
Mega Papier, SA Bilstraat 449, 3572 AW Utrecht - Bélgica	Mafipa,SA	100,00

Por ser intenção do Grupo a sua liquidação a Sociedade Megapapier não foi incluída neste exercício, no processo de consolidação.



**NOTA 6 - EMPRESAS PARTICIPADAS NÃO REFERIDAS NAS NOTAS ANTERIORES  
(PARTICIPAÇÕES NÃO INFERIORES A 10%)**

<u>Empresa participante compreendida na consolidação</u>	<u>Empresa participada</u>	<u>% de participação</u>	<u>31-12-2001</u>	
			<u>Capitais próprios</u>	<u>Resultado líquido do período</u>
Inaveste - Sociedade de Gestão de Participações Sociais, SA (17.9%) e Inaveste -Mediação de Seguros ,SA (1.92%)	Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, SA Largo do Rato, 13 - 1º 1250 Lisboa	19,82	<u>9 318</u>	<u>( 767)</u>

Ver também a Nota 52.

**NOTA 7 - VOLUME DE EMPREGO**

Durante o exercício o Grupo teve ao seu serviço, em média, 1 625 empregados, dos quais 1 439 respeitam às empresas do Grupo sediadas no estrangeiro (ver Nota 1).

**NOTA 9 - DERROGAÇÕES ÀS NORMAS DE CONSOLIDAÇÃO ESTABELECIDAS PELO POC**

Ver Nota 23 (7) .

**NOTA 10 - DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO**

A decomposição das diferenças de consolidação, pelas Sociedades que as originaram, é como segue –

	<u>30 de Junho de 2002</u>		<u>30 de Junho de 2001</u>	
	<u>Imobilizado incorpóreo</u>	<u>Capital próprio</u>	<u>Imobilizado incorpóreo</u>	<u>Capital próprio</u>
Mafipa,SA	93 113,49	-	93 113,49	-
Papier Union, GmbH	22 854,71	-	23 185,39	-
SDP - Sociedade de Distribuição de Papel, SA	18 604,27	-	12 367,98	( 58,89)
Tavistock, Ltd	6 642,29	-	6 642,29	-
Papéis Carreira, Lda	-	-	4 238,16	-
Gestinapa - SGPS,SA	3 068,33	-	3 068,33	-
Nortepapel, SA	2 954,30	719,13	2 954,30	719,13
CPA, SA	2 605,53	-	2 605,53	-
Inapa Deutschland, GmbH	2 381,85	-	2 381,85	-
Inaveste - SGPS,SA	1 747,33	( 4 271,96)	1 747,33	( 4 271,96)
Fernandes Distribuição, SA	-	-	1 650,21	-
Inaveste- Mediação de Seguros,SA	970,61	-	970,61	-
Inapar - SGPS, SA	968,41	-	968,41	-
Outras de valor individual inferior a 500 milhares de euros	<u>105,28</u>	<u>-</u>	<u>453,20</u>	<u>7,43</u>
	156 016,40	( 3 552,83)	156 347,08	( 3 604,29)
Originadas ao nível da Papier Union	53 566,01	-	53 566,01	-
Originadas ao nível do sub-grupo Mafipa	<u>6 317,79</u>	<u>-</u>	<u>6 317,79</u>	<u>-</u>
	<u>215 900,20</u>	<u>( 3 552,83)</u>	<u>216 230,88</u>	<u>( 3 604,29)</u>
Amortizações acumuladas	<u>( 70 352,56)</u>	<u>-</u>	<u>( 66 308,44)</u>	<u>-</u>
Valor líquido	<u>145 547,64</u>	<u>-</u>	<u>149 922,44</u>	<u>-</u>

A Sociedade apresenta as diferenças de consolidação ( i ) positivas e originadas até ao ano de 1991, conforme a disposição transitória prevista na alínea b) do número 13.7 das Normas de Consolidação de Contas, directamente em Capital próprio e, (ii) originadas a partir de 1991 nas Imobilizações incorpóreas, na rubrica de Diferenças de consolidação (ver Nota 25).

De referir, que as Diferenças de consolidação, reflectidas em imobilizações incorpóreas são amortizadas num período de 40 anos. Em 31 de Dezembro de 2000 a Sociedade alterou com impacto nos capitais próprios, o período de amortização das diferenças de consolidação de 25 anos para 40 anos, tendo o efeito de cerca de 5 796,03 milhares de euros sido registado em Outras reservas (3 581,37 milhares de euros) e nos Resultados líquidos do exercício de 2000 (2 214,66 milhares de euros). Caso a Sociedade mantivesse o período de amortização de 25 anos o resultado líquido do período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2002, seria diminuído em cerca de 1 200 milhares de euros. Alternativamente, caso tivesse sido adoptado o princípio do “impairment” e , com base nos últimos estudos de avaliação das actividades do Grupo, efectuados por entidades financeiras independentes , que justificam amplamente a não

amortização do goodwill inscrito nos livros , o resultado líquido positivo teria sido acrescido de 2023,84 milhares de euros.

As amortizações do exercício relativo ao período de amortização de 40 anos, no valor de 2023,84 milhares de euros, encontram-se registadas na respectiva rubrica do resultado líquido do exercício.

## **NOTA 21 – COMPROMISSOS ASSUMIDOS**

### **Complemento de Pensões de Reforma**

Os empregados efectivos da Inapa - IPG, SA e desde o final de 1992, da Medialivros - Actividades Editoriais, SA beneficiam de um plano complementar de pensões de reforma e sobrevivência. Para o efeito foi constituído um Fundo de Pensões, gerido por uma entidade independente, a quem compete o futuro pagamento das respectivas pensões nos termos do contrato celebrado.

O Fundo recebeu a primeira contribuição de 159,62 milhares de euros, sendo as contribuições subsequentes fixadas anualmente, com base em avaliação actuarial das responsabilidades. Os custos relativos aos benefícios adquiridos por serviços prestados foram sistematicamente repostos, através de uma percentagem aplicada à massa salarial, a qual é variável de exercício para exercício e cuja taxa mínima de grupo foi inicialmente fixada em 4,5%. Nenhuma das acima mencionadas sociedades, efectuou neste 1º semestre de 2002 contribuições para este Fundo de Pensões.

As responsabilidades com pensões de reforma por serviços prestados foram calculadas de acordo com os seguintes pressupostos, tendo por base a tábua de mortalidade TV 73/77 e o valor actual dos salários projectados, para o pessoal no activo:

	<u>%</u>
Taxas previstas de evolução salarial	3,5
Taxa de desconto	6
Taxa de crescimento das pensões	Nula

Em 31 de Dezembro de 2001, as responsabilidades por serviços passados relativas a complementos de reforma, para colaboradores no activo e reformados, apuradas com base no estudo actuarial elaborado pela entidade gestora, ascendiam a cerca de 433,95 milhares de euros e encontram-se completamente cobertas pelo valor do Fundo que em 31 de Dezembro era de 548,68 milhares de euros .

Neste semestre de 2002 não foi elaborado estudo actuarial pelo que a variação ocorrida no grau de cobertura do valor do Fundo de Pensões, face ao valor das responsabilidades não foi

reconhecida contabilisticamente.

Conforme o aprovado em Assembleia Geral de 18 de Maio de 2001, a Sociedade estabeleceu no exercício de 2001, um regime de complemento de pensões de reforma para os Administradores a seu cargo. Tendo para esse efeito, constituído um Fundo de Pensões, gerido por uma entidade independente.

As responsabilidades com pensões de reforma por serviços passados foram calculadas de acordo com os seguintes pressupostos, tendo por base a tabela de mortalidade TV 73/77 e o valor actual dos salários projectados, para o pessoal no activo:

Taxa de desconto	4 %
Taxas previstas de evolução salarial	4 %
Taxa de crescimento das pensões	3 %

Na data de implementação deste novo plano, reportada a 1 de Janeiro de 2001, o valor da responsabilidades por serviços passados, apuradas por calculo actuarial, ascendia a 1 735,82 milhares de euros. Em 31 de Dezembro de 2001, o valor das mesmas responsabilidades ascendia a 1 805,65 milhares de euros, não tendo sido efectuado no 1º semestre de 2002 estudo actuarial para actualização destas.

O valor das responsabilidades por serviços passados na data de implementação do plano de complemento de pensões de reforma para os Administradores, está a ser reconhecido, de forma sistemática em custos, ao longo do período normal remanescente de trabalho dos mesmos, de igual modo o acréscimo das responsabilidades anuais integrará os custos dos exercícios à medida que ocorrem.

Como tal, em 30 de Junho de 2002, os valores evidenciados em balanço e em custos do exercício relacionados com a implementação deste complemento de pensões de reforma são como segue:

<b>Milhares de euros</b>	
Dr /(Cr)	
• Acréscimo e diferimentos – Custos de benefícios de reforma a amortizar	794,22
• Custos extraordinários – amortização do semestre da responsabilidade por serviços passados inicial	314,08
• Acréscimo e diferimentos – Benefícios de reforma a liquidar	(806,02)

Neste semestre a Sociedade efectuou uma contribuição para o Fundo de Pensões no montante de 500 milhares de euros.

Foi igualmente aprovado por uma das empresas do Grupo, a atribuição de um regime de complemento de pensões de reforma para os Administradores. Neste caso concreto optou-se pela constituição de um seguro afecto à responsabilidade de complemento de pensões de reforma. O valor da responsabilidade por serviços totais a 31 de Dezembro de 2001 ascendia a 877,88 milhares de euros, e está a ser reconhecido de forma sistemática em custos, ao longo do período normal remanescente dos mesmos.

Os valores evidenciados em balanço e em custos do exercício relacionados com a implementação deste complemento de pensões de reforma são como segue:

<b>Milhares de euros</b>	
Dr /(Cr)	
• Acréscimo e diferimentos – Custos de benefícios de reforma a amortizar	690,9
• Custos extraordinários – amortização do semestre da responsabilidade por serviços passados inicial	62,90
• Provisão para outros riscos e encargos – benefícios de reforma	(753,8)

Existem ainda planos de contribuição definida para dois colaboradores da Tavistock Paper Sales, Ltd e para vinte e quatro colaboradores do Grupo Mafipa. O valor das contribuições efectuadas neste semestre de 2002, pelas empresas no Reino Unido e pelo Grupo Mafipa para estes planos ascenderam a 3,9 milhares de euros e 189,36 milhares de euros (31 de Dezembro de 2001: 24,94 milhares de euros e 324,22 milhares de euros) respectivamente, e encontram-se registados em custos do exercício.

As empresas francesas pertencentes ao Grupo Mafipa e a empresa italiana são obrigadas por Lei a pagar aos seus funcionários na data da reforma e de uma única vez, o montante definido

com base no número de anos de trabalho na empresa, na categoria profissional e no salário auferido à data da reforma. O valor dessas responsabilidades, em 30 de Junho de 2002, ascende a cerca de 1 761,94 milhares de euros (31 de Dezembro de 2001: 1 496,39 milhares de euros). No caso das empresas francesas, a responsabilidade não se encontra registada em Balanço (1 632 milhares de euros).

A Papier Union, GmbH, atribui a 55 dos seus colaboradores (e ex-colaboradores) activos e pensionistas, um esquema de complemento de pensões de reforma (trancado em 1982), calculado tendo por base 0,4% do salário auferido em cada ano de serviço na empresa até ao máximo de 12%. Esta responsabilidade, apurada tendo por base um estudo actuarial efectuado por uma entidade independente, é reconhecida em balanço na rubrica de Provisões para outros riscos e encargos e ascende, em 30 de Junho de 2002, a 1 353 milhares de euros (2001: 1 351,74 milhares de euros).

## **NOTA 22 - RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS**

A Sociedade prestou várias garantias bancárias, através do Banco Espírito Santo e Banco Comercial Português, no valor de 9 756,5 milhares de euros e 10 669,3 milhares de euros, respectivamente, a favor de várias empresas subsidiárias do sub-grupo Mafipa.

A Gestinapa, SA negociou com o BCP três garantias bancárias no valor de 81 807 milhares de euros, 30 000 milhares de euros e 10 000 milhares de euros, respectivamente.

À data do balanço existiam igualmente garantias bancárias e outras prestadas a favor de terceiros no montante de 7 652,93 milhares de euros.

Ver Nota 34 relativamente às garantias reais prestadas pelo Grupo.

## **NOTA 23 - BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS**

### **Apresentação**

As demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2002 foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

### **Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos**

#### **(1) Imobilizações incorpóreas**

São constituídas principalmente pelos custos incorridos com os processos de reestruturação do Grupo ocorridos em exercícios anteriores, com aumentos de capital, e com os fundos de comércio e diferenças de consolidação originadas em subsidiárias estrangeiras do Grupo; estes custos são amortizáveis por duodécimos por um período que varia entre três e cinco anos.

Nos exercícios de 1998 e 2000, foram reavaliadas, pelo valor de 149,64 milhões de euros, com base em estudos técnicos efectuados por uma entidade independente, uma variedade de marcas comercializadas pela Papier Union, GmbH (74,82 milhões de euros), Grupo Mafipa (49,88 milhões de euros) e Grupo SDP (24,94 milhões de euros), as quais não são objecto de amortização anual uma vez que serão regularmente reavaliadas.

As diferenças de consolidação são amortizadas, desde a data da sua origem, por um período que não ultrapassa os 40 anos (ver Nota 10).

## **(2) Imobilizações corpóreas**

Os bens adquiridos até 31 de Dezembro de 1991, foram objecto de reavaliação, sempre que aplicável, nos termos fixados nos Decretos-Lei n.ºs 126/77, 430/78, 219/82, 339-G/84, 118-B/86, 111/88, 49/91 e 264/92. As reservas de reavaliação geradas pela Inapa-IPG até 1992, no montante global de 9 252,7 milhares de euros, foram integralmente incorporadas no capital em 1986, 1990 e 1997. Os bens adquiridos após 1992 e as imobilizações em curso estão valorizados a custo histórico de aquisição, o qual inclui, quando aplicável, os encargos financeiros e as diferenças de câmbio relativos aos financiamentos obtidos para a sua aquisição, construção, montagem e arranque.

A amortização é calculada pelo método das quotas constantes sobre os valores apurados de acordo com o critério acima expresso, por duodécimos, a taxas representativas da vida útil estimada, como segue -

Edifícios e outras construções	2% - 10%
Equipamento básico	7,14%
Equipamento de transporte	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	10% - 14,18%

## **(3) Investimentos financeiros e títulos negociáveis**

Os investimentos financeiros e os títulos negociáveis são registados no activo pelo respectivo custo de aquisição; no caso das participações em empresas situadas no estrangeiro, esse custo corresponde ao contravalor em euros, à data da operação, das

divisas despendidas com a respectiva aquisição.

As acções da Inapa - IPG, SA em carteira estão registadas ao custo de aquisição e são apresentadas a deduzir ao Capital.

**(4) Existências**

As matérias primas, subsidiárias e de consumo, as mercadorias, o material de conservação e reparação e o material de embalagem estão valorizados a custo médio de aquisição.

**(5) Transacções em moeda estrangeira**

As conversões para euros das transacções com clientes estrangeiros são efectuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem. No caso de fornecedores essas conversões são feitas ao câmbio em vigor na data das transacções. As diferenças de câmbio apuradas nos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira em 30 de Junho de 2002, convertidos aos câmbios dessa data, foram consideradas no resultado do exercício.

**(6) Provisões para créditos de cobrança duvidosa**

As provisões para créditos de cobrança duvidosa, estabelecidas em cada uma das empresas do Grupo dentro dos limites autorizados para fins fiscais, são consideradas adequadas para dar cobertura aos créditos identificados em risco de cobrança.

**(7) Imposto sobre o rendimento**

O encargo com o imposto sobre o rendimento foi calculado, no caso das subsidiárias com sede em Portugal, tendo em consideração o disposto no código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis a cada uma das empresas que constituem o Grupo.

Não foram reconhecidas contabilisticamente as situações de diferimento de impostos, no entanto, a Sociedade tem por procedimento efectuar um calculo dos mesmos (ver Nota 55).

As subsidiárias estrangeiras da Sociedade são tributadas de acordo com as regras fiscais vigentes nos respectivos países de origem.

**(8) Contratos de locação financeira**

Os bens do activo imobilizado adquiridos pelas Empresas do Grupo, quer sediadas em território nacional quer estrangeiro, através de contratos de locação financeira, são



registados em conformidade com a Directriz Contabilística n.º 25, emanada da Comissão de Normalização Contabilística.

**(9) Complementos de pensões de reforma**

O Grupo Inapa adoptou no reconhecimento das suas responsabilidades pelos complementos de reforma e sobrevivência, os critérios consagrados pela Directriz Contabilística n.º.19, emanada da Comissão de Normalização Contabilística (ver Nota 21).

**NOTA 24 - ACTIVOS E PASSIVOS EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA**

**Transacções correntes em moeda estrangeira**

Ver Nota 23 (5).

**Conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira**

Para efeitos de conversão das demonstrações financeiras das empresas estrangeiras incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, foram utilizados os seguintes critérios:

**Activos e Passivos:** Paridades cambiais vigentes no final do semestre.

**Custos e Proveitos:** Paridades cambiais médias verificadas no semestre.

**Capital, Reservas e**

**Resultados transitados:** Paridades cambiais vigentes à data de aquisição das participações, para os capitais próprios existentes àquela data, e paridades cambiais médias vigentes no exercício da constituição dos resultados transitados realizados posteriormente à data de aquisição da participação.

As diferenças de conversão cambial resultantes do processo descrito acima, são registadas em rubrica específica do Capital próprio (Ajustamentos de conversão).

**NOTA 25 - IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS**

	<b>(Milhares de euros)</b>
Diferenças de consolidação originadas na Inapa- IPG , sub-Grupo Mafipa e Papier Union (ver Nota 10)	215 900,2
Reavaliações ocorridas em 1998 e 2000, em termos consolidados, das marcas comercializadas pelo Grupo Mafipa, Papier Union e Grupo SDP (ver Notas 23 (1))	149 639,4

Custos com trespasses, fundo de comércio ocorridos na Nortepapel e Inapa Distribución Ibérica.	12 620,1
Custos incorridos relacionados com marcas, concessões e licenças provenientes do Grupo Mafipa	10 546,6
Gastos com a constituição e aumentos de capital da INAPA-IPG, Gestinapa, Inapar, IDISA , Inaveste, SDP,SA e outras	7 178,7
Estudos com novos processos	877,9
Custos incorridos com estudos e projectos de consultoria na INAPA-IPG e Gestinapa	638,5
Custos incorridos com campanhas publicitárias de lançamento de novos produtos, amostras	350,2
Imobilizações em curso	18,3
Outros encargos diferidos	2 073,2
	<hr/> 399 843,1
Amortizações acumuladas	(85 924,3)
	<hr/> <hr/> 313 918,8

**NOTA 27 - MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO****ACTIVO BRUTO**

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Alienações</u>	<u>Transferências e abates</u>	<u>Saldo final</u>
<b>Imobilizações incorpóreas</b> (ver Nota 25)					
Despesas de instalação	10 488,11	0,97	( 1,37)	( 0,16)	10 487,55
Despesas de investigação e desenvolvimento	335,25	83,18	-	-	418,43
Propriedade industrial e outros direitos	159 897,34	508,69	( 5,85)	( 5,90)	160 394,28
Trespases	12 732,60	-	( 113,13)	0,62	12 620,09
Outras imobilizações incorpóreas	-	-	-	-	-
Imobilizações em curso	416,89	18,93	-	( 416,89)	18,93
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	-	3,66	-	-	3,66
Diferenças de consolidação	<u>215 900,20</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>215 900,20</u>
	<u>399 770,39</u>	<u>615,43</u>	<u>( 120,35)</u>	<u>( 422,33)</u>	<u>399 843,14</u>
<b>Imobilizações corpóreas</b>					
Terrenos e recursos naturais	24 066,28	203,00	( 192,43)	0,18	24 077,03
Edifícios e outras construções	102 922,21	690,35	( 898,78)	( 105,31)	102 608,48
Equipamento básico	8 259,44	161,24	( 64,58)	( 82,05)	8 274,05
Equipamento de transporte	15 158,13	151,70	( 1 102,58)	10,29	14 217,54
Ferramentas e utensílios	19 801,25	75,00	( 25,88)	4,43	19 854,80
Equipamento administrativo	19 741,96	402,69	( 109,73)	( 19,85)	20 015,07
Tara e vasilhame	4,09	-	-	79,40	83,49
Outras imobilizações corpóreas	235,20	49,76	( 3,91)	298,09	579,14
Imobilizações em curso	2 072,76	382,12	( 504,00)	18,67	1 969,55
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	<u>256,22</u>	<u>-</u>	<u>( 24,00)</u>	<u>( 221,67)</u>	<u>10,55</u>
	<u>192 517,54</u>	<u>2 115,86</u>	<u>( 2 925,89)</u>	<u>( 17,82)</u>	<u>191 689,69</u>
<b>Investimentos financeiros</b> (ver Nota 53)					
Partes de capital em empresas do grupo	636,23	7,62	-	-	643,85
Partes de capital em empresas associadas	981,49	42,65	( 0,58)	-	1 023,56
Títulos e outras aplicações financeiras	50 541,06	-	-	0,13	50 541,19
Imobilizações em curso	<u>201,78</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>201,78</u>
	<u>52 360,55</u>	<u>50,27</u>	<u>( 0,58)</u>	<u>0,13</u>	<u>52 410,38</u>

**AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES**

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Reforço</u>	<u>Regularizações</u>	<u>Saldo final</u>
<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
Despesas de instalação	8 330,98	573,79	( 0,12)	8 904,65
Despesas de investigação e desenvolvimento	240,98	23,65	9,19	273,82
Propriedade industrial e outros direitos	3 603,04	1 121,14	( 30,68)	4 693,50
Trespases	1 441,05	258,72	-	1 699,77
Goodwill	<u>68 328,73</u>	<u>2 023,83</u>	<u>-</u>	<u>70 352,56</u>
	<u>81 944,78</u>	<u>4 001,13</u>	<u>( 21,61)</u>	<u>85 924,30</u>
<b>Imobilizações corpóreas</b>				
Edifícios e outras construções	22 110,51	1 214,33	( 171,30)	23 153,54
Equipamento básico	5 745,52	211,93	( 88,86)	5 868,59
Equipamento de transporte	11 516,94	844,38	( 1 105,10)	11 256,22
Ferramentas e utensílios	12 323,12	479,46	( 25,40)	12 777,18
Equipamento administrativo	15 443,08	1 205,44	( 258,66)	16 389,86
Taras e vasilhame	1,53	-	-	1,53
Outras imobilizações corpóreas	<u>164,42</u>	<u>21,70</u>	<u>58,77</u>	<u>244,89</u>
	<u>67 305,12</u>	<u>3 977,24</u>	<u>( 1 590,55)</u>	<u>69 691,81</u>

As rubricas de Edifícios e outras construções, Equipamento de transporte, Equipamento administrativo e Imobilizações em curso incluem bens adquiridos em regime de locação financeira (ver Nota 23 (8)) no montante líquido de 11 351,05 milhares de euros, cujas responsabilidades futuras ascendem a 5 580,32 milhares de euros, registadas nas rubricas de Fornecedores de imobilizado, c/c a curto prazo (1 215,03 milhares de euros) e a longo prazo (4 365,29 milhares de euros).

**NOTA 28 - ENCARGOS COM EMPRÉSTIMOS PARA FINANCIAMENTO DE IMOBILIZAÇÕES, CAPITALIZADOS NO PERÍODO**

No presente semestre foram capitalizados em Imobilizações financeiras, Imobilizações corpóreas e em Acréscimos e diferimentos cerca de 162,37 milhares de euros relativos a encargos com financiamentos bancários e locação financeira relacionados com imobilizados.

### NOTA 33 - DÍVIDAS A TERCEIROS QUE SE VENCEM A MAIS DE CINCO ANOS

	<b>Milhares de euros</b>
Dívidas a instituições de crédito	6 327,0
Fornecedores de imobilizado - c/c	<u>306,6</u>
	<u><b>6 633,6</b></u>

### NOTA 34 – GARANTIAS REAIS

Duas subsidiárias estrangeiras do Grupo prestaram garantias reais sobre activos imobilizados diversos, no montante total de 11 709 milhares de euros.

### NOTA 36 - VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

	<b>Mercado interno</b>	<b>Mercado externo</b>	<b>Totais</b>
Vendas	37.771,58	516.200,14	553.971,72
Pestações de serviços	132,37	922,21	1.054,58
	<u>37.903,95</u>	<u>517.122,35</u>	<u><b>555.026,30</b></u>

Os proveitos realizados no Mercado externo incluem 508 423,81 milhares de euros relativos a vendas e prestações de serviços efectuadas pelas subsidiárias estrangeiras do Grupo nos países onde se encontram sediadas.

A rubrica de Clientes em 30 de Junho de 2002 apresenta-se líquida de efeitos e outros valores a receber, descontados e não vencidos, no valor de 6 603,53 milhares de euros.

Adicionalmente, no âmbito dos contratos de factoring celebrados por algumas das subsidiárias, encontram-se cedidas para cobrança dívidas de clientes, no montante de cerca de 52 718,86 milhares de euros, montante esse que foi antecipado pelas empresas de factoring.

### NOTA 39 - REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração	<u>142,95</u>
Conselho Fiscal	<u>30,49</u>

#### NOTA 41 - REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Os diplomas legais e demais critérios em que se basearam as sucessivas reavaliações efectuadas em 1998 e em exercícios anteriores encontram-se referidos na Nota 23 (2).

#### NOTA 42 - EFEITO DAS REAVALIAÇÕES NO IMOBILIZADO

	<u>Custos históricos</u>	<u>Reavaliações</u>	<u>Valores contabilísticos reavaliados</u>
	(a)	(a) (b)	(a)
<b>Imobilizações corpóreas</b>			
Terrenos e recursos naturais	17 101,85	6 975,18	24 077,03
Edifícios e outras construções	58 034,66	21 420,27	79 454,93
Equipamento básico	2 404,19	1,27	2 405,46
Equipamento de transporte	2 961,32	-	2 961,32
Ferramentas e utensílios	7 077,62	-	7 077,62
Equipamento administrativo	3 625,21	-	3 625,21
Taras e vasilhame	81,96	-	81,96
Outras imobilizações corpóreas	334,25	-	334,25
Imobilizações em curso	1 969,55	-	1 969,55
Adiantam.p/conta imob.corpóreas	<u>10,55</u>	<u>-</u>	<u>10,55</u>
	<u>93 601,16</u>	<u>28 396,72</u>	<u>121 997,88</u>

(a) Líquidos de amortizações.

(b) Englobam as sucessivas reavaliações.

#### NOTA 44 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

<b>Custos e perdas</b>	<b>Exercícios</b>		<b>Proveitos e ganhos</b>	<b>Exercícios</b>	
	<b>30.06.2002</b>	<b>30.06.2001</b>		<b>30.06.2002</b>	<b>30.06.2001</b>
Juros suportados	13 246,67	17 557,53	Juros obtidos	684,09	572,50
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,17	19,51	Rendimentos de títulos de participação	-	11,28
Descontos de pronto pagamento concedidos	5 725,64	6 648,70	Rendimentos de imóveis	-	-
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	-	97,26	Rendimentos de participações de capital relativos a outras empresas	1 086,43	933,67
Outros custos e perdas financeiros	482,24	394,66	Diferenças de câmbio favoráveis	0,06	-
			Descontos de pronto pagamento obtidos	12 660,52	13 663,34
			Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	-	200,63
<b>Resultados financeiros</b>	<b>( 4 904,52)</b>	<b>( 9 070,29)</b>	Outros proveitos e ganhos financeiros	119,10	265,95
	<u>14 550,20</u>	<u>15 647,37</u>		<u>14.550,20</u>	<u>15 647,37</u>

A rubrica de Rendimentos de participações de capital, inclui cerca de 1 086,43 milhares de euros, corresponde ao valor de dividendos obtidos.

A rubrica de Outros custos e perdas financeiros corresponde fundamentalmente, a custos com serviços bancários e outros incorridos pela Gestinapa, SA (172,8 milhares de euros), sub-grupo Mafipa, SA ( 124,7 milhares de euros), Inapa-IPG (88,5 milhares de euros) , IDISA, SA (79,6 milhares de euros) e outras empresas do grupo (16,6 milhares de euros)

#### NOTA 45 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

<b>Custos e perdas</b>	<b>Exercícios</b>		<b>Proveitos e ganhos</b>	<b>Exercícios</b>	
	<b>30.06.2002</b>	<b>30.06.2001</b>		<b>30.06.2002</b>	<b>30.06.2001</b>
Donativos	11,94	6,31	Restituição de impostos	-	-
Dívidas incobráveis	1 477,52	570,01	Recuperação de dívidas	1 101,05	555,68
Perdas em existências	20,65	38,42	Ganhos em existências	47,36	36,17
Perdas em imobilizações	71,15	99,03	Ganhos em imobilizações	432,75	74,37
Aumentos de amortizações e de provisões	-	-	Benefícios de penalidades contratuais	1,40	1,04
Multas e penalidades	15,95	55,79	Reduções de amortizações e de provisões	847,00	208,64
Correcções relativas a exercícios anteriores	308,98	173,57	Correcções relativas a exercícios anteriores	6,91	179,12
Outros custos e perdas extraordinários	402,67	0,14	Outros proveitos e ganhos extraordinários	289,78	56,21
<b>Resultados extraordinários</b>	<b>417,39</b>	<b>167,97</b>			
	<u>2 726,25</u>	<u>1 111,23</u>		<u>2 726,25</u>	<u>1 111,23</u>

A rubrica de Ganhos em imobilizações corresponde, essencialmente, ao resultado obtido por diversas empresa do Grupo Inapa com a alienação de (i) edifícios de escritórios (229,77 milhares de euros), (ii) viaturas (84,6 milhares de euros), (iii) armazéns (76,08 milhares de euros) e (iv) de parte de acções de uma empresa do grupo a uma entidade externa (32,1 milhares de euros).

Em 30 de Junho de 2002 e conforme o referido na Nota 21 deste Anexo, a rubrica de Outros

custos e perdas extraordinários regista, fundamentalmente, a amortização ocorrida no semestre da responsabilidade por serviços passados, originada pela introdução no ano anterior do novo plano de complemento de pensões de reforma para a Administração.

#### NOTA 46 - MOVIMENTOS NAS CONTAS DE PROVISÕES

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Reduções</u>	<u>Saldo final</u>
Provisões para cobranças duvidosas	14 359,53	2 387,49	1 060,36	15 686,66
Provisão para outros devedores	2 869,74	0,00	2 065,74	804,00
Provisões para riscos e encargos	10 844,59	1 320,00	6 656,40	5 508,19
Provisões para depreciação de existências	<u>617,25</u>	<u>178,18</u>	<u>1,86</u>	<u>793,57</u>
	<u>28 691,11</u>	<u>3 885,67</u>	<u>9 784,36</u>	<u>22 792,42</u>

Os aumentos nas rubricas de Provisões para cobranças duvidosas incluem reforços efectuados pela Papier Union, GmbH (1 208,00 milhares de euros), pelo sub-grupo Mafipa, SA (583,59 milhares de euros), sub-grupo SDP - Sociedade de Distribuição de Papel, SA (367,79 milhares de euros), sub-grupo IDISA, SA (182,57 milhares de euros), Luchetti Decart (38,03 milhares de euros) e Medialivros, SA (7,50 milhares de euros).

As reduções nas rubricas de Provisões para cobranças duvidosas resultam, principalmente, da utilização de provisões pela Papier Union, GmbH (613 milhares de euros), sub-grupo Mafipa, SA (407,91 milhares de euros) e pelo sub-grupo SDP, SA (39,22 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos na Provisão para outros riscos e encargos correspondem essencialmente, à utilização (i) no montante total de 1 636,77 milhares de euros por regularizações de valores a receber ou custos de reestruturação de diversas empresas e (ii) pela Papier Union, GmbH de 4 807 milhares de euros, para fazer face a diversos pagamentos em indemnizações.

#### NOTA 49 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do nº 1 do Artº 21 do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, informamos não serem as empresas consolidadas devedoras de quaisquer contribuições, vencidas, à Segurança Social.



## NOTA 50 – CAPITAL

O capital está representado por 30 000 000 de acções ao portador de 5 Euros cada, totalmente subscritas e realizadas. Com excepção da PAPERCEL - Celulose e Papel de Portugal, SA, que detém cerca de 15 % dos direitos de votos e da Seguros e Pensões Gere, SGPS, SA através (i) das sociedades integralmente detidas por si: Império Bonança - Companhia de Seguros, SA, Auto Gere - Companhia Portuguesa de Seguros, SA, Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, SA e (ii) os fundos geridos pela sociedade, igualmente detida por si, PensõesGere- Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA detém globalmente uma participação de 14,8 % do capital, não eram conhecidas em 30 de Junho de 2002 outras pessoas, singulares ou colectivas, que possuísem uma participação superior a 10% das acções emitidas. Ver em anexo a descrição dos accionistas titulares de acções qualificadas.

Durante este 1º semestre de 2002 a Sociedade e uma empresa do Grupo alienaram no seu conjunto, 1 063 481 acções da INAPA-IPG, SA, pelo valor de cerca 5 589,64 milhares de euros. As menos-valias apuradas, no montante total de cerca de 614,8 milhares de euros foram registadas na rubrica de Outras reservas. Adicionalmente, foram adquiridas no decurso deste semestre no seu conjunto 816 509 acções próprias, em 30 de Junho a totalidade das acções detidas ascendem a 2 689 933 acções.

## NOTA 51 - OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

	30 de Junho de 2002	30 de Junho de 2001
Prémios de emissão de acções	14 963,94	14 963,94
Diferenças de consolidação (ver Nota 10)	3 596,87	3 604,29
Reservas de reavaliação	24 939,89	24 939,89
Ajustamentos de conversão (ver Nota 24)	2 553,32	3 315,94
Reservas legais	9 110,86	8 810,14
Outras reservas	( 14 217,09)	( 13 913,17)
Resultados transitados	( 21 060,88)	( 12 001,45)
Resultado Líquido do exercício	<u>1 880,31</u>	<u>( 2 981,52)</u>
	<u>21 767,22</u>	<u>26 738,06</u>

De acordo com as decisões tomadas em 2001 pelas Assembleias Gerais das empresas que constituem o Grupo Inapa, salienta-se que, da aplicação dos resultados estatutários verificados em 31 de Dezembro de 2001, um total de 300,72 milhares de euros foi destinado a reservas legais.

As reservas legais e de reavaliação e os prémios de emissão não são distribuíveis sob a forma de dividendos mas poderão ser utilizados para incorporação no Capital.

## NOTA 52 - INVESTIMENTOS FINANCEIROS

### Partes de capital em Empresas do Grupo (ver Nota 2) -

Papfer - Sociedad, Lda *	182,23
Megapapier, SA *	454,00
Outros	<u>7,62</u>
	<u>643,85</u>

### Partes de capital em Empresas associadas (ver Notas 2 e 6) -

Surpapel, SL	915,32
Tuplub, SA *	74,57
Outros	<u>33,67</u>
	<u>1 023,56</u>

### Títulos e outras aplicações financeiras (Ver Nota 6)-

		<u>% de participação no capital da Empresa</u>
José de Mello - SGPS, SA - (498 798 acções)	7 481,95	1,46%
Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, SA (PFIC, SA) (545 118 acções)	2 664,29	19,82%
BCP - Banco Comercial Português, SA ( 7 240 718 acções)	39 543,52	0,31%
Outros	<u>851,43</u>	
	<u>50 541,19</u>	

Em 30 de Junho de 2002 as acções do BCP,SA e da PFIC, SA apresentavam menos-valias potenciais, respectivamente de 14 128,6 milhares de euros e 1 388,71 milhares de euros relativamente aos valores da última cotação em Bolsa efectuada no exercício. Em virtude, de ambas as participações terem um objectivo estratégico e carácter permanente não foram registadas estas potenciais desvalorizações.

\* Estas participações financeiras encontram-se totalmente provisionadas em 30 de Junho de 2002.

## NOTA 53 - DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS EMPRÉSTIMOS

	<u>Milhares de euros</u>
<b>Curto prazo</b>	
° Dívidas a instituições de crédito	
° Parte dos financiamentos de médio e longo prazo, com vencimento em 2002 e 2003 , descobertos bancários concedidos pela banca nacional e financiamentos em euros	134 468,33
	<u>134 468,33</u>
<b>Médio e longo prazo</b>	
° Dívidas a instituições de crédito	
° Financiamentos de médio e longo prazo, em escudos convertidos para euros, linhas de crédito para facilidades a descoberto, por períodos de cinco anos, parte dos quais são objecto de renegociação periódica	298 891,80
° Outros empréstimos obtidos	
° Titularização de dívida bancária (Securitização) efectuada por instituição de crédito até 2006/ 2007 com admissão de aceitação de renovação para períodos sucessivos	121 000,00
	<u>419 891,80</u>

Na parcela de médio e longo prazo temos os seguintes prazos de reembolso -

	<u>Milhares de euros</u>
2003 *	59 508
2004	153 078
2005	6 944
2006	110 661
2007	83 374
2008 e seguintes	6 327
	<u>419 892</u>

\* Renegociação por um período superior a um ano.

## NOTA 54 – OUTROS TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

	<u>Valor de aquisição</u>	<u>% de participação no capital da Empresa</u>
<b>Acções</b>		
° José de Mello - SGPS, SA (900 010 acções)	11 966,09 *	6,43
° Petro Holding - SGPS,SA	<u>2 475,04 *</u>	
	<u>14 441,13</u>	

\* Empresas não cotadas na Bolsa de Valores

## NOTA 55 – IMPOSTOS DIFERIDOS

Conforme referido na Nota 23 (7) e pela aplicação da Directriz Contabilística nº 28/01 de 6 de Junho, emanada pela Comissão de Normalização Contabilística e da Norma Internacional de Contabilidade nº 12 (NIC 12 reformulada em 1996), as empresas portuguesas deverão passar a calcular e contabilizar os impostos diferidos. Esta disposição é aplicável para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2002, prevendo a respectiva Directriz Contabilística nas suas disposições transitórias que as empresas poderão não contabilizar os mesmos durante 5 anos, tendo contudo a obrigatoriedade de os calcular e explicitar os seus efeitos no Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados.

Os valores dos impostos diferidos relativos a 30 de Junho de 2002 e a 31 de Dezembro de 2001, em relação ao Grupo, podem ser analisados da seguinte forma:

	<b>Milhares de Euros</b>			
	<b>Activos por impostos diferidos</b>		<b>Passivos por impostos diferidos</b>	
	<u>30.06. 2002</u>	<u>31.12. 2001</u>	<u>30.06. 2002</u>	<u>31.12. 2001</u>
Prejuízos Fiscais	17 503,00	17 842,00	-	-
Reavaliação e outros ajustes no imobilizado	623,00	-	(9 117,00)	(8 589,30)
Mais-valias fiscais não tributadas	-	-	(11 991,10)	(11 991,10)
Outros	638,46	638,46	( 668,34)	( 688,34)
	<u>18 764,46</u>	<u>18 480,46</u>	<u>(21 776,44)</u>	<u>(21 268,74)</u>

Se a Sociedade tivesse relevado nas suas demonstrações financeiras de 30 de Junho de 2002, o valor dos impostos diferidos, as rubricas de Acréscimos e diferimentos – Activos por impostos diferidos e Acréscimos e diferimentos – Passivos por impostos diferidos seriam aumentadas por 18 764 milhares de euros e 21 776 milhares de euros, respectivamente, o resultado do período diminuído em 224 milhares de euros e a rubrica de Resultados Transitados negativos aumenta em 2 788 milhares de euros.

## **NOTA 56 – COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Sociedade e as restantes empresas consolidadas não procederam à alteração das suas principais práticas e políticas contabilísticas pelo que todos os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos materialmente relevantes, com os do período homologado anterior.

É, no entanto, de salientar que as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de Junho de 2001 haviam sido apresentadas em milhares de escudos portugueses, tendo sido convertidas para milhares de euros (1 euro = 200\$482) para efeitos de apresentação de valores comparativos nas demonstrações financeiras de 30 de Junho de 2002.

-:-:-:-:-:-:-

## INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), foi comunicado à Sociedade o número de acções de que são titulares os membros dos Órgãos Sociais:

### Número de acções

#### Conselho de Administração:

Presidente:

- |                                                                             |         |
|-----------------------------------------------------------------------------|---------|
| ◦ Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha                                 |         |
| - próprias                                                                  | 258 369 |
| - detidas por pessoas ou entidades contempladas no nº 2 do artº 447º do CSC | 306 100 |

Vogais:

- |                                                     |           |
|-----------------------------------------------------|-----------|
| ◦ José Eugénio Soares Vinagre                       | 134 500   |
| ◦ Carlos Eugénio Magalhães Corrêa da Silva          | 1 000     |
| ◦ Salvador Maria Guimarães José de Mello            | -         |
| ◦ Henrique Abílio Paulo Fernandes                   | 92 426    |
| ◦ Casimiro Bento da Silva Santos                    | 200 410   |
| ◦ João Gonçalves da Silveira                        | 45 182    |
| ◦ PAPERCEL - Celulose e Papel de Portugal, SGPS, SA | 8 837 169 |
| representada por Jorge Armindo de Carvalho Teixeira | -         |

#### Conselho Fiscal

Presidente:

- |                                                                             |         |
|-----------------------------------------------------------------------------|---------|
| ◦ Diogo Portugal Lobo Trigueiros de Aragão                                  |         |
| - próprias                                                                  | 5 000   |
| - detidas por pessoas ou entidades contempladas no nº 2 do artº 447º do CSC | 226 000 |

Vogal:

- |                                                     |         |
|-----------------------------------------------------|---------|
| ◦ Maria Lucília Veludo Alves Pereira Nunes de Matos | 126 244 |
|-----------------------------------------------------|---------|

ROC efectivo:

- |                                                  |   |
|--------------------------------------------------|---|
| ◦ Oliveira, Reis & Associados, SROC,             | - |
| representada por Carlos Alberto Domingues Ferraz |   |

ROC suplente:

- |                                                                |   |
|----------------------------------------------------------------|---|
| ◦ Amável Calhau, Justino Romão e J. M. Ribeiro da Cunha, SROC, | - |
| representada por Amável Freixo Calhau                          |   |

#### Accionistas titulares de acções qualificadas

Accionista	Nº de acções	% Direitos de voto
Papercel-Celulose e Papel de Portugal, SA - Directamente	8 837 169	15%
Banco Comercial Português, SA - Directamente	1 748 187	6,4%
Seguros e Pensões Gere, SA - Através de sociedades por si detidas: - Império Bonança – Companhia de Seguros, SA - Auto Gere – Companhia de Seguros, SA - Ocidental – Companhia de Seguros, SA - Ocidental – Companhia de Seguros de Vida, SA - Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, SA Total imputável	168 361 9 500 5 000 388 477 3 465 658 4 036 996	14,8%
Petro-Holding-Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA - Directamente	678 000	2,5%
AF Investimentos – Fundos Imobiliários, SA	600 190	2,2%
Vasco Luís Schulthess de Quevedo Pessanha - Directamente - Ana Maria Gaziba da Silva Medina de Quevedo Pessanha - através das sociedades por si dominadas e/ou em que exerce cargo de administrador: - Investimentos Prediais da Rocha – Imprerocha, SA - Sagritávora-Sociedade Agro-Pecuária da Quinta do Távora, SA - Sociedade Agrícola da Quinta dos Buxeiros, SA - VQP-Investimentos, Gestão e Participações Financeiras, SA Total imputável	258 369 10 000 31 100 65 000 100 000 100 000 564 469	2,1%

- Nos termos do nº1 do artigo 21º do Decreto-Lei 411/91 de 17/10, informamos não ser esta Empresa devedora de quaisquer contribuições, vencidas, à Segurança Social.

## **Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registado na CMVM sobre Informação Semestral Consolidada**

### **Introdução**

1 Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de revisão limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002, da **Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA**, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de € 842,479 milhares, um total de interesses minoritários de € 1,774 milhares e um total de capital próprio de € 154,094 milhares, incluindo um resultado líquido de € 1,880 milhares) e na Demonstração consolidada dos resultados por naturezas do período findo naquela data e no correspondente Anexo.

2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

### **Responsabilidades**

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações; (b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (d) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriado; e (e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente sobre essa informação, baseado no nosso trabalho.

## **Âmbito**

5 O trabalho a que procedemos teve por objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. Excepto quanto às limitações descritas no parágrafo 8 abaixo, o nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu: (a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; (v) se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e (b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado e àquelas em que tenham sido obtidas informações contraditórias.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação financeira semestral.

## **Reservas**

8 Conforme referido no Relatório de Gestão e na Nota 23 (1) do Anexo, o Imobilizado inclui marcas que foram avaliadas, aquando da aquisição de subsidiárias ou em exercícios anteriores, por cerca de € 149.6 milhões que não são amortizadas por a Administração entender que estas não se desvalorizam, dada a sua importância estratégica, e proceder regularmente à apreciação do seu valor por entidade independente. Em face da complexidade associada ao estabelecimento de um critério objectivo para a determinação do período de vida das marcas e da correspondente amortização, não é possível apurar o efeito que esta informação adicional poderia ter nas demonstrações financeiras consolidadas.



9 Conforme referido no Relatório de Gestão e na Nota 10 do Anexo, o Grupo alterou no final do exercício de 2000 o período de amortização das diferenças de consolidação de 25 para 40 anos, dado considerar que este reflecte melhor o horizonte temporal necessário para a recuperação dos investimentos. Caso a amortização das diferenças de consolidação tivesse por base o período anteriormente utilizado, o saldo devedor da rubrica de Outras reservas seria acrescido em cerca de € 8.2 milhões e o resultado consolidado do período seria reduzido em cerca de € 1.2 milhões.

#### **Parecer**

10 Excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas no parágrafo 8 acima, e excepto quanto aos efeitos das situações referidas no parágrafo 9 acima, com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

#### **Ênfases**

11 Sem modificar o parecer que expressamos no parágrafo 10 acima, salientamos as situações seguintes:

- (i) O nosso parecer sobre a informação consolidada do primeiro semestre de 2001, datado de 17 de Setembro de 2001, incluía uma reserva relacionada com a omissão de informação sobre a eventual adopção do método dos impostos diferidos, o qual, conforme referido nas Notas 23 (7) e 55 do Anexo, a ser utilizado, originaria um aumento do activo, do passivo e dos resultados transitados negativos em 30 de Junho de 2002 em € 18,8 milhões, € 21,8 milhões e € 2,8 milhões, respectivamente, e uma redução do resultado consolidado do período de € 0,2 milhões;
- (ii) O mesmo parecer incluía uma reserva pelo facto de não ter sido actualizada com referência a 30 de Junho de 2001 a informação relativa às responsabilidades com complemento de pensões de reforma das sociedade portuguesas que integram o

**Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, SA**

Grupo, situação que veio a ser regularizada no segundo semestre de 2001, e que, como tal, deixou de ter relevância nas demonstrações financeiras consolidadas de 30 de Junho de 2002;

- (iii) Conforme referido na Nota 52 do Anexo, os valores registados na rubrica de Investimentos financeiros referem-se a participações financeiras de carácter permanente para o Grupo, pelo que não se prevê a sua alienação no curto prazo nem a realização das menos valias associadas às mesmas;

Lisboa, 23 de Setembro de 2002

Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,  
representada por:

---

Ricardo Filipe de Frias Pinheiro, ROC